



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

JULIANA ANDRADE MORHY

PRISÕES BRASILEIRAS:
Uma análise sob a ótica dos direitos fundamentais

BRASÍLIA
2018

JULIANA ANDRADE MORHY

PRISÕES BRASILEIRAS:

Uma análise sob a ótica dos direitos fundamentais

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
pela Universidade de Brasília - UnB.

Orientadora: Professora Doutora Beatriz Vargas

BRASÍLIA

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: MORHY, Juliana Andrade.

Título: Prisões Brasileiras: Uma Análise sob a Ótica dos Direitos Fundamentais

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – UnB.

Data da defesa:

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Professora Beatriz Vargas Ramos (Orientadora)

Professora Elen Gerales

Professora Valdirene Daufemback

Professor Eduardo Lemos

Aos meus amigos e familiares, em especial, aos meus pais e meu irmão, por todo amor, apoio e incentivo ao longo dessa caminhada. E ao meu companheiro de todas as horas e melhor amigo, pela ajuda, paciência e por sempre estar ao meu lado, nos melhores e piores momentos.

“Eu acho que a função do preso é se recupera, eu pra mim é castiga, eu pra mim é castigo [...] Eu acho que a função do presídio, da cadeia pra mim é castigo.”

(Entrevistado 1)¹

¹ Trecho da entrevista de um preso, retirado da dissertação *Direito Achado na Rua, Pluralismo Jurídico, Teoria Crítica dos Direitos Humanos e a Luta por Direitos no Presídio Regional de Pelotas*, apresentada ao programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, em 2012, pelo Mestre e Professor, Eduardo Xavier Lemos.

RESUMO

O Brasil ocupa a terceira posição na lista dos países com as maiores populações carcerárias do mundo. As taxas de aprisionamento têm crescido abruptamente no território nacional, bem como os índices de violência e criminalidade, indicativo de que a prisão não tem sido um meio eficiente no combate ao crime. A legislação brasileira elenca a prevenção de delitos por meio da ressocialização como um dos principais objetivos da pena privativa de liberdade. Contudo, a cultura do encarceramento em massa e a consequente superlotação dos presídios impossibilita qualquer aproximação da pena de prisão do fim ressocializador estabelecido em lei. O presente trabalho tem como tema central a atual realidade do sistema penal brasileiro e pretende verificar, com base na criminologia crítica, por meio de revisão bibliográfica, da análise de dados recentes do sistema prisional e da legislação nacional, o papel cumprido, na prática, pela pena privativa de liberdade hoje no País.

Palavras-chave: Sistema Prisional Brasileiro. Pena Privativa de Liberdade. Ressocialização. Criminologia Crítica.

ABSTRACT

Brazil ranks third in the list of countries with the largest prison populations in the world. Imprisonment rates have grown a lot in the national territory, as well as rates of violence and crime, indicating that imprisonment has not been an effective way of fighting criminality. Brazilian legislation sets the crime prevention through resocialization as one of the main objectives of the prison sentence. However, the mass incarceration culture and the consequent prisons overcrowding make it impossible to approximate jails of the resocialization goal fixed by law. The central theme of this present work is the current reality of the Brazilian penal system and it intends to verify, based on critical criminology, through bibliographical review and analysis of recent prison system data and national legislation, the role fulfilled, in practice, by deprivation of liberty today in the country.

Keywords: Brazilian Prison System. Prison Sentence. Resocialization. Critical Criminology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	
1.1 Os Fundamentos e Finalidades da Pena	11
1.1.1 As Teorias Absolutas	12
1.1.2 As Teorias Relativas	13
1.1.3 As Teorias Mistas	14
1.2 Ressocialização	16
2. OS DIREITOS DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE	
2.1 Constituição Federal de 1988	17
2.2 Tratados Internacionais	20
2.3 Código Penal e Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84)	21
3. A REALIDADE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	
3.1 A Superlotação dos Presídios	23
3.1.1 Os Abusos da Prisão Preventiva	25
3.2 A Seletividade Penal e a Criminalização da Pobreza	27
3.3 Perfil da População Carcerária	
3.3.1 Faixa Etária	30
3.3.2 Cor/Etnia	31
3.3.3 Escolaridade	31
3.3.4 Tipo Penal	32
4. ALTERNATIVAS À PRISÃO E UMA PRISÃO ALTERNATIVA	
4.1 Políticas Públicas Preventivas	33
4.2 Alternativas Penais	35
4.3 Método APAC	36
5. CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

INTRODUÇÃO

O Brasil tem hoje a terceira maior população carcerária do mundo e um sistema prisional em crise. Os presídios brasileiros estão superlotados, principalmente, de indivíduos socialmente vulneráveis, submetidos no cárcere a condições desumanas que violam direitos fundamentais e reforçam a violência estrutural tão marcante na sociedade brasileira. As elevadas e crescentes taxas de criminalidade demonstram que o encarceramento massivo não tem aproximado a pena privativa de liberdade do seu papel na prevenção de delitos, pelo contrário, a afastou do seu objetivo ressocializador, finalidade destacada pela legislação penal.

O sistema penal constitui instrumento estatal de controle social punitivo, sendo inerente a ele a repressão e a violação de direitos, justificadas pela necessidade de proteção de bens jurídicos essenciais. Contudo, tal proteção se dá de forma desigual, assim como a distribuição social da criminalização, indicando a existência de mecanismos seletivos que mantêm os privilégios das classes hegemônicas e criminalizam comportamentos dos segmentos mais pobres da população, o que acaba por acentuar as desigualdades sociais. (BARATTA, 1982)

As violações de direitos, intrínsecas às práticas do sistema penal, tornam-se ainda mais alarmantes no cárcere, onde aqueles que se encontram em privação de liberdade também são privados de outros direitos fundamentais, em situações de flagrante desrespeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. As condições estruturais das prisões brasileiras são precárias, a quantidade de vagas é muito deficitária, não há assistência médica, jurídica e psicológica para a quase totalidade da população carcerária, nem acesso ao trabalho e estudo. Os termos em que se dá o cumprimento da pena privativa de liberdade no Brasil contrariam disposições constitucionais, legais e acordos internacionais e impossibilitam a efetiva ressocialização do condenado, almejada pela legislação nacional.

Diante desse cenário, este trabalho visa a verificar, com base na criminologia crítica, por meio de revisão bibliográfica, bem como da análise da legislação e de dados recentes do sistema prisional brasileiro, a que finalidade se dedica, na prática, a pena privativa de liberdade hoje no Brasil. Por fim, são apresentadas formas alternativas de prevenir delitos, lidar com os conflitos sociais e executar as penas, que buscam romper com atual modelo do sistema penal, essencialmente punitivista e violador de direitos.

As parcerias público-privadas no sistema penitenciário não serão analisadas nesta dissertação, na qual será abordado apenas o Método APAC como exemplo de opção ao modelo convencional das cadeias brasileiras. Esta forma alternativa de execução penal, embora promova a aproximação da pena privativa de liberdade do fim ressocializador estabelecido em lei, é incompatível com a política de aprisionamento em massa, responsável pela superpopulação dos presídios, principal problema do sistema prisional do País.

1. A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

1.1. Os Fundamentos e Finalidades da Pena

“Só haverá ‘direito de punir’ quando punir significar o emprego daquela vacina de que fala Carnelutti contra o gérmen do crime. Até então seria preferível abandonar a discussão filosófica dum ‘fundamento do direito de punir’, e, de cabeça baixa, continuar a ministrar morfina às dores da sociedade.”

(Clarice Lispector)

A origem etimológica do vocábulo *pena* é controvertida. De acordo com Manoel Pedro Pimentel (1974), citando J. Aureliano Corrêa de Araújo (1937), a palavra é, para alguns, derivada do latim *poena*, que significa *punição, castigo*. Para outros, vem do grego *ponos*, que quer dizer *dor, suplício*. E há, ainda, quem a considere vinda do sânscrito, *punya*, cujo significado é *puro, limpo*, remetendo à ideia de purificação por meio do castigo.

O Direito Penal, de acordo com Juarez Cirino dos Santos (2006), possui duas espécies de objetivos: os declarados, abordados pelo discurso oficial da teoria jurídica da pena, e os reais, trazidos pelo discurso crítico da teoria criminológica da pena. Os objetivos declarados do Direito Penal consistem na proteção de bens jurídicos essenciais, como a vida, a integridade física, a liberdade e a sexualidade, por exemplo. Esses bens jurídicos, por serem de grande importância para vida individual e coletiva, são tutelados penalmente, estando a conduta que os lesione ou ameace sujeita às consequências mais graves previstas no ordenamento jurídico: as penas criminais.

Declaradamente, portanto, o Direito Penal constitui uma forma de proteção de bens jurídicos fundamentais. Essa proteção se dá de modo subsidiário, – a lei penal só deve ser

evocada em *ultima ratio*, quando esgotados os demais instrumentos jurídicos e sociais de tutela – e limitado pelo princípio da proporcionalidade, que veda a cominação de penas inadequadas à gravidade da conduta delituosa.

Os objetivos ditos reais do Direito Penal trazem uma reflexão ideológica acerca do significado político desse ramo no ordenamento jurídico, como meio de controle social do Estado nas sociedades capitalistas contemporâneas, enquanto os objetivos declarados aparentam a sua neutralidade e encobrem a natureza de dominação das relações sociais. (SANTOS, J. 2006)

O discurso crítico da teoria criminológica da pena defende que a prisão deve ser explicada pelos objetivos reais do sistema penal, de tratamento diferenciado da criminalidade e de conservação das relações sociais desiguais. Por outro lado, analisando sob a ótica do discurso oficial, dos objetivos declarados do Direito Penal, os fundamentos e fins da punição criminal são conceituados na teoria jurídica da pena e se dividem em três grupos: das teorias absolutas ou retributivas, teorias relativas ou preventivas e teorias mistas, unificadoras ou ecléticas.

1.1.1. As Teorias Absolutas

As teorias absolutas, também denominadas teorias retributivas, são aquelas que têm a pena como uma reação punitiva, uma retribuição ao indivíduo que praticou o delito. É a forma de o Estado compensar com mal aquele que causou um mal, como um castigo. Para essas teorias, a pena é um fim em si mesmo e representa a realização de um ideal de justiça.

Kant e Hegel se destacam como os principais representantes das teorias absolutas da pena. Para Kant, a justificação da pena é de ordem ética, baseada no valor moral da lei penal infringida pelo autor do delito. De acordo com suas reflexões, aquele que não cumpre o que está disposto nas leis, não é digno do direito de cidadania e deve ser castigado pelo Estado por ter infringido a imposição moral de respeito ao Direito. Segundo o pensamento kantiano, a pena não poderia ser fundamentada em razões de utilidade social, já que o homem é sempre um fim em si mesmo, não podendo ser instrumentalizado para se alcançar um objetivo. Dessa forma, a aplicação da pena deve ser justificada como simples consequência de uma violação legal, tendo como finalidade a mera realização da justiça, sem considerações sobre sua utilidade para os demais integrantes da sociedade. (BITENCOURT, 1997)

Já Hegel fundamenta a pena de forma essencialmente jurídica, justificando sua aplicação pela necessidade do restabelecimento da “vontade geral”, simbolizada pelo Direito, e violada pelo autor da prática delitiva. Para Hegel, o delito representa, portanto, a negação da “vontade geral”, do interesse comum. Tal negação, por sua vez, deverá ser negada por meio do castigo para que a “vontade geral” se reafirme. O Direito tem suas bases na racionalidade e na liberdade de acordo com o pensamento hegeliano, e o delito se traduz como a negação do Direito, sendo, portanto, a manifestação de uma vontade irracional e particular, que se contrapõe à vontade racional e geral, e por isso, deve ser aniquilada. Assim sendo, para Hegel, a pena constitui um mal como reação a outro mal, necessária para restabelecer a ordem jurídica violada (BITENCOURT, 1997).

1.1.2. As Teorias Relativas

As teorias relativas ou preventivas atribuem à pena a finalidade de evitar a prática delituosa futura, já que como política criminal, não pode se limitar a retribuir o delito cometido. Nas teorias relativas, portanto, a pena se impõe para prevenir a prática delituosa e, assim, deixa de ser considerada um fim em si mesmo e passa a ser vista como um meio para alcançar fins futuros, qual seja a prevenção do crime. Assim como para as teorias absolutas, as teorias relativas têm na pena um mal necessário, mas para estas, a pena não se justifica pela realização de um ideal de justiça e sim pela finalidade de evitar novos delitos. Essas teorias se subdividem em teoria preventiva geral e especial.

A teoria preventiva geral faz referência ao efeito intimidador que a existência de uma pena causa aos cidadãos em geral. Ou seja, para essa teoria, a possibilidade de sofrer sanção penal é capaz de amedrontar os indivíduos a ponto de evitar a delinquência e, ao mesmo tempo, aumentar a confiança nos institutos jurídicos e no Estado.

Por outro lado, para a teoria preventiva especial, a finalidade da pena se direciona ao indivíduo que praticou o delito e sofreu condenação penal. Nesse sentido, a pena não se dirige à coletividade, mas a quem já cometeu o crime, funcionando como meio de prevenção da reincidência.

A prevenção especial se subdivide em dois grupos: da prevenção negativa e da prevenção positiva. De acordo com a primeira, a pena tem a função de neutralizar, inocuizar, aquele que praticou conduta criminoso, por meio de seu afastamento do convívio social. A

segunda tem na pena a finalidade de ressocializar aquele que cumpre pena criminal, isto é, objetiva a sua recuperação para posterior reinserção na sociedade. A prevenção especial não busca a intimidação do grupo social nem retribuição do fato praticado, mas tem como escopo evitar, por meio da ressocialização, que o indivíduo que já cometeu um crime volte a violar disposições legais.

Várias objeções foram feitas à essa teoria, principalmente pelo fato de as medidas ressocializadoras se mostrarem imprecisas e sem grandes resultados empíricos, além da dificuldade de legitimar a imposição de certos modos de vida por meio da submissão de pessoas adultas, contra a sua vontade, a medidas educacionais e de tratamento, não as deixando viver conforme desejam por serem incômodas ou indesejadas pelo resto da sociedade. (ROXIN, 1997)

Atualmente, a maior vantagem da prevenção especial é que o debate acerca desta teoria vem abandonando gradativamente a perspectiva terapêutica e se atentando mais em evitar os efeitos dessocializadores da pena privativa de liberdade, como o estigma da condenação e o isolamento social. Os aspectos preventivos especiais vêm sendo considerados, por boa parte da doutrina, não como justificadores da pena, mas como limites à sua execução, com o fim de afastar os efeitos negativos da privação de liberdade. Esse caminho é essencial para diversificar as espécies de pena e humanizar seu cumprimento, com base na garantia dos direitos fundamentais, principalmente da dignidade humana. (BITENCOURT, 1997)

1.1.3. As Teorias Mistas

As teorias mistas ou unificadoras buscam reunir os fins da pena trazidos pelas outras correntes em um único conceito, destacando os principais aspectos das teorias absolutas e relativas. Para as teorias mistas, a retribuição e a prevenção (geral e especial) são dois lados da mesma moeda: a pena criminal.

As teorias unificadoras surgem a partir da crítica ao fato de que a unidimensionalidade apresentada pelas outras duas correntes teóricas as torna incapaz de compreender as complexas relações e manifestações sociais abrangidas pelo Direito Penal, daí a necessidade de teorias que abarcassem o pluralismo funcional da pena, diferenciando seus fundamentos do seus fins.

De acordo com Bitencourt (1997), as teorias mistas têm a proteção da sociedade como função do Direito Penal e a partir disso, dividem-se em duas correntes: uma conservadora e outra progressista. A primeira foi apresentada pelo Projeto Oficial do Código Penal Alemão de 1962 e se caracteriza pelo entendimento de que a proteção da sociedade deve se basear na retribuição justa da pena, tendo os fins preventivos papel meramente complementar. A outra, representada pelo Projeto Alternativo Alemão de 1966, fundamenta a pena na proteção da sociedade, por meio da tutela de bens jurídicos, e considera a retribuição aspecto limitador da aplicação da pena, que não pode ir além do merecido pela gravidade do crime e culpabilidade do autor.

Mais tarde, foi proposta uma teoria unificadora dialética, de acordo com a qual, o fim da pena deve ser somente preventivo, pois assim seria alcançada a proteção da liberdade individual, justificadora da existência das normas penais. Nesse sentido, tanto a prevenção especial quanto a geral constituem os fins da pena, que devem ser buscados de modo equilibrado pela sentença condenatória, com observância dos limites estabelecidos pela retribuição.

Dessa forma, a pena, com base na proporcionalidade, deve buscar a ressocialização e, ao mesmo tempo, impactar a sociedade, já que a cominação de uma sanção penal representa a eficácia do Direito Penal, o que intimida os demais indivíduos e reforça a confiança no funcionamento das normas jurídicas. (ROXIN, 1997)

O art. 59 do Código Penal brasileiro dispõe que:

Art. 59. O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para **reprovação e prevenção** do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível. (grifo meu)

O que se entende com base na análise do *caput* do referido artigo é que a pena deve, simultaneamente, reprová-lo o mal derivado da conduta delituosa e prevenir o cometimento de novos crimes, o que caracteriza a adoção da teoria mista pela legislação penal brasileira. A Lei de Execução Penal estabelece em seu artigo 1º que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”, destacando o fim ressocializador da pena criminal no Brasil.

1.2. Ressocialização

A ressocialização constitui uma das principais finalidades da pena privativa de liberdade no Brasil e está elencada no artigo 10 da Lei de Execução Penal:

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, **objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.**

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso. (grifo meu)

É, portanto, dever do Estado assegurar as condições adequadas de cumprimento da pena para que seja alcançada a sua finalidade ressocializadora, proporcionando àqueles que se encontram privados de liberdade oportunidades de participar da vida social, por meio do trabalho e educação.

Ressocializar significa reinserir o detento na sociedade, reintegrá-lo ao convívio normal após a condenação por prática delituosa. Contudo, é discutível se socializar ou ressocializar uma pessoa mantendo-a afastada da sociedade seja algo possível. A pena privativa de liberdade, por si só, é contrária ao seu objetivo ressocializador, já que com a segregação dela decorrente, o indivíduo preso acaba isolado socialmente e perde ligação com o mundo fora do cárcere. Assim, na realidade, a pena acaba por provocar um efeito contrário ao pretendido: a *dessocialização*.

A pena criminal pode ser entendida, a partir de sua finalidade ressocializadora, como um instituto destinado ao exercício curativo e pedagógico, já que o que se propõe por meio da sua imposição é a correção, o tratamento do condenado. Todavia, não há legitimidade jurídica para se falar em tratamento por meio da ressocialização quando o que se pretende é a dominação do preso. A pessoa privada de liberdade não é vista como sujeito de vontades e

direitos, mas como um objeto sobre o qual são impostas uma série de medidas moralizantes, que objetivam a reforma do seu íntimo. A imposição jurídica de tal reforma vai de encontro com os fundamentos do Estado Democrático de Direito, já que mitiga a autodeterminação dos indivíduos. (RUIVO, 2016).

De acordo com Baratta (1990), não é possível conseguir a reintegração social do sentenciado por meio do cumprimento da pena, entretanto se deve buscá-la apesar da pena, ou seja, deve-se procurar tornar as condições de vida no cárcere menos precárias, já que essas condições dificultam o alcance da reintegração.

Assim, a fim de evitar o processo de dessocialização ocasionado pelo isolamento inerente à prisão, o Estado deve respeitar os limites da pena para não agravar o estado físico e psíquico daqueles que se encontram privados de liberdade. O apenado tem direito a um tratamento digno, que respeite sua integridade física e moral durante o cumprimento da pena, já que os efeitos desta na restrição de direitos fundamentais não podem ir além do que é próprio da sua natureza. Destarte, a ressocialização do preso deve priorizar a preservação de todos os seus direitos que não foram atingidos pela sentença condenatória.

Ademais, vale ressaltar que a prisão não deixa de funcionar como um ambiente de invisibilidade para os problemas e conflitos da sociedade. A população carcerária brasileira é composta majoritariamente por excluídos sociais. A exclusão e estigmatização decorrentes da prisão são, portanto, oriundas de um processo de exclusão primária, resultado da negligência estatal. Desse modo, a (re)integração do preso na sociedade significa, principalmente, a correção das condições causadoras da exclusão no seio da sociedade, para que a vida após o encarceramento não seja, como comumente acontece, a volta à marginalização social e daí, mais uma vez, o retorno à prisão. (BARATTA, 1990)

2. OS DIREITOS DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE

2.1. Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, promulgada no contexto de pós-ditadura militar, foi um marco em relação à cidadania e aos direitos humanos. A Carta Magna trouxe uma série de disposições para afirmação de direitos fundamentais, apresentando princípios progressistas, como o combate à desigualdade social, o respeito às

diversidades e a defesa do bem comum. A nova constituição simbolizou, na esfera legal, a conquista da nova ordem democrática. Com o retorno das liberdades individuais e coletivas e a inclusão dos direitos sociais no conjunto das garantias fundamentais, surgiu a possibilidade legal do Estado brasileiro se tornar um Estado Social de Direito. (MONDAINI, 2009)

O artigo 3º da Constituição dispõe que a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais constituem uns dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil², bem como “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Essas disposições demonstram o compromisso do documento na busca de uma sociedade mais igualitária.

Amplamente elencados nos incisos do artigo 5º da carta constitucional, em um rol não taxativo, estão os direitos e garantias individuais e coletivos, que são balizados pelo princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III da Lei Maior³.

A dignidade da pessoa humana constitui princípio fundamental, responsável por assegurar a efetivação dos direitos mínimos para garantir uma existência digna. Enquanto princípio constitucional funciona como vetor interpretativo, um norte para as demais normas do ordenamento jurídico brasileiro, como assevera Rogério Greco em sua obra *Direitos Humanos, Sistema Prisional e Alternativas à Privação de Liberdade*:

Como princípio constitucional, a dignidade da pessoa humana deverá ser entendida como norma de hierarquia superior, destinada a orientar todo o sistema no que diz respeito à criação legislativa, bem como para aferir a validade das normas que lhe são inferiores. Assim, por exemplo, o legislador infraconstitucional estaria proibido de criar tipos penais incriminadores que atentassem contra a dignidade da pessoa humana, ficando proibida a cominação de penas cruéis, ou de natureza afliitiva, a exemplo dos açoites, mutilações, castrações, etc. (GRECO, 2011)

² Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (grifos meus).

³ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político (grifo meu).

O artigo 5º da Constituição preceitua em seu inciso III que “ninguém será submetido à tortura ou a tratamento degradante”. Em relação aos direitos dos presos, o inciso XLVII do mesmo artigo veda as penas cruéis⁴. O inciso XLVIII determina que “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado”. O XLIX dispõe que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral” e o inciso L determina que “às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação”.

Apesar das previsões constitucionais, o tratamento desumano dos presos é a realidade no Brasil. Os que aqui cumprem pena privativa de liberdade têm sua dignidade infringida diariamente, diante de problemas como a superlotação carcerária, a violência, falta de tratamento médico e de programas de reabilitação. (GRECO, 2011)

O indivíduo encarcerado, embora tenha sido temporariamente privado do seu direito à liberdade, não perde sua condição de pessoa humana e, por isso, deve ter conservada sua dignidade e seus demais direitos fundamentais. O princípio da dignidade humana, ainda quando relativizado, por exemplo, nos casos de privação de liberdade, não pode ser violado em seu núcleo essencial. Portanto, o indivíduo que pratica infração penal e por isso se encontra encarcerado, não pode ser submetido a condições degradantes de cumprimento de pena, nem à tortura ou a longos períodos de isolamento, vez que “ao Estado foi permitido somente privar-lhe a liberdade ficando resguardados, entretanto, os demais direitos que dizem respeito diretamente à sua dignidade como pessoa” (GRECO, 2011).

A Constituição Federal estabelece, tanto implícita quanto explicitamente, princípios penais fundamentais, que limitam a ação e o poder punitivo do Estado, e têm como base a dignidade da pessoa humana, que se traduz como o valor individual que todo e cada ser

⁴ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) **cruéis** (grifo meu).

humano tem. Os direitos humanos são invioláveis, irrevogáveis, irrenunciáveis e universais: são direitos de toda pessoa humana, inclusive dos indivíduos presos.

2.2. Tratados Internacionais

O Direito Internacional dos Direitos Humanos constitui um ramo jurídico recente, surgido após a Segunda Guerra Mundial, com a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948. Diante da desumanidade vivenciada pelo mundo, ficou reconhecida, no cenário pós-guerra, a necessidade de efetivação e proteção dos direitos humanos, por meio do direito internacional, com a tutela, em nível universal, dos bens jurídicos fundamentais, como a vida, a liberdade e a dignidade. A tendência mundial de proteção desses direitos foi tomando a forma de tratados internacionais, instrumentos que obrigam as nações signatárias a cumprir suas normas.

O artigo 5º da Constituição Federal, em seu parágrafo 3º, estabelece que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” sendo, portanto, hierarquicamente correspondentes à Constituição.

O Brasil é hoje signatário de uma série de tratados internacionais de direitos humanos. Entre eles está a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, aprovada em 1969, na Conferência Especializada sobre Direitos Humanos, e aderida pelo Brasil em 1992. A convenção, em seu artigo 5, determina que “ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano”, e ainda que “as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados”.

Em relação aos tratados de direitos humanos dos indivíduos encarcerados, especificamente, o Brasil ratificou as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, que mais tarde ficaram conhecidas como Regras de Mandela. O documento conta com orientações para o enfrentamento da negligência do Estado, tendo como enfoque a dignidade daqueles privados de liberdade, a fim de fazer reconhecer e valer a sua condição de pessoa humana, que deve ser respeitada e protegida contra tratamentos degradantes e desumanos.

Embora o país tenha sido parte ativa no processo de atualização das Regras Mínimas na Assembleia Geral da ONU de 2015, o governo brasileiro não tem atentado para efetivação das determinações do estatuto, o que demonstra a pouca importância dada pelo Brasil às normas internacionais de direitos humanos, como bem colocado na apresentação do tratado em 2016, pelo Ministro Ricardo Lewandowski, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Além das Regras de Mandela, o Brasil também é signatário das Regras de Tóquio, documento que estabelece regras mínimas padrão das Nações Unidas para elaboração de medidas não privativas de liberdade, das Regras de Pequim, que trata da administração da justiça para menores, das Regras de Bangkok, sobre o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, e das Regras internacionais para o enfrentamento da tortura e maus-tratos.

Por tratar de vidas humanas, o processo penal deve estar sempre submetido às determinações normativas dos tratados internacionais de direitos humanos, sendo indispensável para o devido processo legal que esteja de acordo não apenas com a Constituição, mas também com as Convenções Internacionais. Esses tratados de direitos humanos, hierarquicamente equivalentes à Constituição Federal, devem receber a devida atenção do Estado e ter sua repercussão ampliada na sociedade brasileira, a fim de fortalecer e promover os direitos humanos daqueles em situação de privação de liberdade.

2.3. Código Penal e Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84)

Além da Constituição Federal e dos Tratados Internacionais, os direitos dos presos também são tutelados pela legislação ordinária no Código Penal e na Lei de Execução Penal. O artigo 38 do Código Penal dispõe que “o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral”. O diploma penal, portanto, também limita o *jus puniendi* do Estado, restringindo a sua atuação à suspensão de um único direito fundamental: a liberdade. O indivíduo em situação de privação de liberdade, portanto, conserva a sua condição de ser humano, e consequentemente, todos os direitos a ela inerentes.

O trabalho é elencado no artigo 6º da Constituição Federal como um dos direitos sociais e deve ser compreendido como um dos componentes da dignidade da pessoa humana e

como aspecto existencial essencial para o aprimoramento da formação do ser humano. Desse modo, é dever do Estado proporcionar condições para a efetivação desse direito àqueles que se encontram cumprindo pena privativa de liberdade. O Código Penal estabelece em seu artigo 39 que “o trabalho do preso é sempre remunerado, sendo-lhe garantido os benefícios da Previdência Social”. A atividade laborativa no cárcere tem orientação pedagógica e é um elemento muito importante no processo de reintegração social, devido ao seu caráter educativo e produtivo.

A Lei de Execução Penal enuncia em seu artigo 1º que o objetivo central da execução penal é “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Em seu artigo 3º, prevê que ao condenado e internado serão assegurados os direitos não alcançados pela sentença ou pela lei, não havendo distinção de natureza racial, social, religiosa ou política. E ainda, em seu artigo 10, preceitua que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”. Assim, entende-se que, de acordo com a LEP, a principal finalidade da execução da pena é a recuperação do preso, que mantém todos seus direitos não atingidos pela condenação, para sua posterior reinserção na sociedade.

A Lei 7.210 de 1984, portanto, buscou determinar medidas para que o apenado, por meio de direitos e deveres, recebesse um tratamento digno e humanizado durante o cumprimento da sentença condenatória, a fim de que, quando colocado em liberdade, pudesse se reinserir na sociedade como indivíduo recuperado. Estão previstos no artigo 41 da Lei de Execução Penal os direitos do apripsonado:

Art. 41. Constituem direitos do preso:

- I - alimentação suficiente e vestuário;
- II - atribuição de trabalho e sua remuneração;
- III - Previdência Social;
- IV - constituição de pecúlio;
- V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
- VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
- VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

- VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
 - IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;
 - X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
 - XI - chamamento nominal;
 - XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
 - XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;
 - XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;
 - XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.
 - XVI – atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.
- Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

Para Mirabete (2007), “se a reabilitação social constitui a finalidade precípua do sistema de execução penal, é evidente que os presos devem ter direitos aos serviços de assistência, que para isso devem ser-lhes obrigatoriamente oferecidos, como dever do Estado”. Os direitos garantidos pela LEP aproximam a privação de liberdade do seu objetivo de reabilitação, já que em tese, o período de cumprimento da pena deveria recuperar o indivíduo que praticou o delito e prepará-lo para o retorno à sociedade.

3. A REALIDADE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

3.1. A Superlotação dos Presídios

O Brasil tem hoje a terceira maior população carcerária do mundo. São 729.551 presos, de acordo com o Anuário de Segurança Pública, atualizado setembro de 2018. Entre 2000 e 2018, a taxa de aprisionamento aumentou em mais de 158%. Em 2000, havia 137 presos para cada 100 mil habitantes, de acordo com o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, de junho de 2016, já em setembro de 2018, esse número chegou a 354 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes, conforme o último Anuário de Segurança Pública.

O brusco crescimento da população carcerária brasileira vem acompanhado de regimes disciplinares cada vez mais severos nas prisões, que marcam o endurecimento do

sistema repressivo e se contrapõem ao fim ressocializador almejado pela legislação. As prisões brasileiras chegaram a ser descritas como “campos de concentração para pobres”, se assemelhando mais a “empresas públicas de depósito industrial de detritos sociais” do que a uma instituição com a finalidade de posterior reinserção do indivíduo na sociedade. (WACQUANT, 2001)

Os presos brasileiros estão submetidos a condições de vida degradantes, marcadas pela insuficiência de espaço e alimentação. A eles é negada assistência jurídica, o acesso a cuidados médicos e a higiene básica. A superlotação dos presídios é alarmante e viola resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, de 2016, que determinou o limite de 137,5% como percentual máximo de excedente de detentos nas prisões. Segundo os dados apresentados pelo último Anuário de Segurança Pública Nacional, de setembro de 2018, a taxa de ocupação dos presídios brasileiros está em 198,2%.

Os detentos são comumente empilhados em celas, o que aumenta a difusão de doenças, como a tuberculose, sífilis, escabiose e hepatite, que devido à falta de tratamento médico e junto com a má nutrição, têm sido responsáveis por cerca de 56% dos óbitos nos presídios brasileiros, segundo os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, relativos ao primeiro semestre de 2016. A violência entre os encarcerados também é acentuada pela superlotação das cadeias e, conforme o referido levantamento, foi responsável por 22% dos óbitos.

Consoante à Lei de Execução Penal, o acesso à assistência educacional é um direito garantido a todos aqueles privados de liberdade, devendo ser oferecido pelo Estado como instrução escolar e formação profissional, com a finalidade de reintegrar a população prisional à sociedade. Todavia, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2016, apenas 12% dos presos brasileiros participavam de alguma atividade educacional, e somente 15% estava envolvida em atividades laborais, internas e externas aos estabelecimentos penais.

Há anos o sistema prisional brasileiro vem enfrentando uma crise humanitária. As atuais condições de encarceramento violam, além de disposições legais internas, orientações internacionais de proteção aos direitos humanos, como a resolução das Regras de Mandela, adotada pela Organização das Nações Unidas no 1º Congresso sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, realizado em Genebra, em 1955.

Esse documento estabeleceu padrões e princípios básicos para as condições de encarceramento, como o tratamento igualitário a todos os presos, separação dos detentos em categorias, existência de espaço apropriado nas celas, acesso à alimentação e higiene adequadas, realização de exercícios físicos ao ar livre, disponibilidade de serviços médicos, entre outras regras constantemente desrespeitadas nas prisões brasileiras.

Ademais, a violência por parte das autoridades é recorrente e vai das brutalidades rotineiras à tortura institucionalizada, além das chacinas resultantes de rebeliões que frequentemente ocorrem como reação ao tratamento subumano que os presos recebem no cárcere. A falta de pessoal qualificado, com treinamento adequado e boa remuneração contribui para as péssimas condições de funcionamento dos estabelecimentos penitenciários no Brasil. Os excessos resultantes das reiteradas práticas violentas e a corrupção colaboram para a consolidação dos presídios como espaços de violações de direitos humanos, que só agravam e ampliam a instabilidade e pobreza de um segmento da população, alimentando ainda mais a criminalidade (WACQUANT, 1999).

A população carcerária brasileira tem crescido de forma abrupta e, paralelamente, crescem também a criminalidade e a violência. Em 2016, foram registrados 62.517 homicídios e, pela primeira vez, a marca de 30 assassinatos para cada 100 mil habitantes foi superada, segundo dados do Atlas da Violência 2018, do Ministério da Saúde, divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A prisão como principal resposta ao crime não tem se mostrado eficaz. Não há correlação entre maiores taxas de aprisionamento e redução da criminalidade, sendo possível afirmar que o atual modelo punitivista brasileiro é ineficiente, superlota os presídios e acentua as desigualdades.

3.1.1. Os Abusos da Prisão Preventiva

O artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso LVII, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Ou seja, em tese, a prisão no Brasil só ocorreria nos casos em que a sentença transitou em julgado, não sendo mais cabível a interposição de recurso. No entanto, é previsto na legislação processual penal o instituto da prisão preventiva, medida cautelar de caráter excepcional e subsidiário, que só pode ser decretada nos casos em que os requisitos, estabelecidos no artigo 313 do

Código de Processo Penal⁵, estiverem preenchidos e quando não for cabível sua substituição por outra cautelar, como estabelecido no inciso II, § 6º, do artigo 282 do mesmo diploma legal⁶.

Isto posto, a prisão preventiva só se justifica quando imprescindível para garantia do cumprimento do devido processo penal e somente nos casos em que não couber a sua substituição por outra medida cautelar. Mas na prática, não é o que acontece. Com base nos dados do Levantamento do Conselho Nacional de Justiça com Tribunais de Justiça, de janeiro de 2017, 34% do total da população carcerária brasileira ainda não foi julgada e não recebeu decisão condenatória: são aqueles que se encontram presos provisoriamente. Ainda de acordo com o levantamento, o tempo médio das prisões provisórias variava de 172 a 974 dias.

Diante desses números, o que se percebe é que a prisão preventiva, instituto de caráter excepcional e subsidiário, tem sido amplamente utilizada pelo Judiciário brasileiro, em flagrante ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência, previsto no artigo 5º, inciso LVII da Lei Maior. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem de 1950 também prevê o direito a um julgamento no prazo razoável e estabelece o desencarceramento nos casos em que o acusado não for julgado dessa forma.

O uso desenfreado da prisão preventiva na América chegou a ser reconhecido pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Na Cúpula das Américas em 1994, foi instituído um plano de ação com normas vinculantes que comprometiam os Estados a adotar

⁵ Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:

I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;
II - se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;
III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência;
Parágrafo único. Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.

⁶ Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:

I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais;
II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

[...] § 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar.

medidas para reduzir o número de detidos que esperam julgamento. A Corte Interamericana de Direitos Humanos já declarou considerar que o excesso de prisões preventivas vai de encontro com o Estado Democrático de Direito, em que a liberdade é a regra e a prisão, exceção. (MARGRAF e SVISTUN, 2016)

A maior parte das provas que fundamentam a prisão cautelar são indiciárias, provenientes do depoimento das autoridades policiais que fizeram a prisão, e foram produzidas sem contraditório. A falta de ação da defensoria pública contribui para a manutenção das prisões cautelares em situações desnecessárias, já que na maioria dos casos os delitos praticados são de baixo potencial ofensivo. (MARGRAF e SVISTUN, 2016)

Por fim, segundo o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Departamento de Política Penitenciária do Ministério da Justiça (Depen), divulgado em novembro de 2014, cerca de 37% dos presos provisórios não receberam condenação à pena privativa de liberdade no fim do processo, isto é, cumpriram pena injustamente, sem direito a presunção da inocência e sem o devido processo legal, evidenciando o uso abusivo e desproporcional do instituto da prisão preventiva no país.

3.2. A Seletividade Penal e a Criminalização da Pobreza

A sociedade brasileira é marcada por profunda desigualdade social. A ausência de um Estado garantidor em vastas áreas do país faz com que uma grande parcela da população viva marginalizada, sem acesso a direitos essenciais, como educação, saúde, segurança e saneamento básico. Surgem então, no lugar vazio deixado pelo Estado, grupos de poder paralelos, que ocupam a lacuna existente e tomam para si atribuições essencialmente estatais. A parcela abandonada da população, por sua vez, carente e sem amparo algum, acaba por legitimar a atuação desses grupos, estabelecendo com eles uma relação de respeito.

Esses “Estados Paralelos” passam a comandar as periferias e, por não se vincularem a nenhum controle estatizante e democrático, estão quase sempre ligados a práticas delitivas. Essas formas de poder colaterais ao Estado oficial atestam sua ineficácia e favorecem o surgimento do crime organizado.

A população periférica, mesmo sem acesso aos benefícios do ordenamento jurídico e sob a tutela de um poder paralelo ao Estado, permanece sujeita a suas prescrições impositivas. Assim, os “subcidadãos”, embora não tenham condições de efetivar direitos constitucionalmente previstos, não estão desobrigados dos deveres impostos pelo aparelho coercitivo estatal, submetendo-se às suas estruturas punitivas. (NEVES, 1994)

Os direitos constitucionais são comumente desconhecidos pelas periferias brasileiras e não desempenham papel relevante nas vidas de seus indivíduos. Para os “subintegrados”⁷, as disposições constitucionais têm quase exclusivamente efeitos punitivos, restritivos das liberdades. Aqueles que pertencem às classes populares são geralmente integrados ao sistema jurídico como “devedores, indiciados, denunciados, réus, condenados”, e não como titulares de direitos. (NEVES, 1994)

Ademais, as práticas que violam direitos fundamentais das camadas sociais mais vulneráveis são, com frequência, resultados da atividade repressiva do aparelho estatal. As operações policiais, tão comuns nos morros do Rio de Janeiro, muitas vezes não têm objetivo investigativo e nem de policiamento ostensivo, mas possuem papel meramente inibidor-repressivo, para efeitos de disciplina e vigilância permanente das ruas e dos espaços públicos, já que é imprescindível para a ordem urbana o controle sistemático da juventude pobre (NEDER, 1997).

As elites encaram as classes de mais baixa renda como uma ameaça ao corpo social, à ordem e disciplina. O temor da aproximação do caos e violência das periferias, consequências de um Estado negligente, faz surgir entre os mais favorecidos o clamor por medidas higienistas-disciplinadoras, como a maior repressão estatal, que perpetuam a segregação.

As massas de trabalhadores urbanos, predominantemente negros, moradores das comunidades periféricas, são vistas com medo pela alta sociedade brasileira, que reivindica maior rigor dos mecanismos de controle social e penas mais severas. O medo disseminado, aliado à descrença no Estado, transforma a população brasileira em uma multidão assustada e sem esperanças, esse contexto abre espaço para a lógica da exclusão. (BATISTA, 2003)

Segundo Juarez Cirino dos Santos (2006), a variável mais importante da criminalização secundária, isto é, da repressão penal, é a posição social do autor. Ela é determinante para o resultado condenação/absolvição criminal. A repressão seleciona os

⁷ Os cidadãos subintegrados são aqueles que não desfrutam dos benefícios dos sistemas sociais, mas apenas de seu rigor.

indivíduos vulneráveis por estereótipos e preconceitos, mecanismos ideológicos para controle social reforçados pelos veículos midiáticos, e não pela gravidade do delito praticado e extensão do dano.

A prisão traz marcas da escravidão no Brasil e em outros países do continente americano. Para Wacquant (2001), as políticas de contenção social das “classes perigosas” deslocaram-se dos “guetos⁸ negros” para as prisões. As duas organizações constituem historicamente instituições de confinamento forçado: “o gueto como prisão social e a prisão como gueto judiciário”. Quatro elementos básicos compõem um e outro: estigma, coação, confinamento territorial e paralelismo institucional.

As prisões e os guetos têm como finalidade segregar uma população estigmatizada, buscando neutralizar a ameaça material ou simbólica que esses grupos representam à parte dominante da sociedade. Ambos passaram a configurar uma espécie de *continuum* na vida dos jovens negros. O mesmo se observa na relação “favela-prisão”, quando se analisa a forma massiva com que a juventude das favelas brasileiras é diariamente lançada à criminalização, principalmente pela “guerra às drogas”. (WACQUANT, 2001)

O sistema penal brasileiro tem o encarceramento em massa como principal meio de combate ao tráfico de drogas. A juventude negra periférica representa hoje a maior parte da população carcerária no Brasil e é a principal vítima dessa “guerra”. A política proibicionista e a seletividade da Lei de Drogas fazem com que a repressão sobre as classes menos favorecidas se intensifique. O que se promove são medidas criminalizantes, que buscam a “limpeza urbana” e se pautam na constante violação dos direitos humanos dos moradores das periferias brasileiras.

O apoio da mídia e da elite temerosa legitima a violenta repressão policial que se impõe no cotidiano da população das comunidades carentes. O número crescente de vítimas fatais das ações da polícia nas favelas evidenciam um genocídio por parte do Estado, justificado como necessário para o combate às drogas. (BATISTA, 2001)

Juntamente com a deterioração e a ruína das garantias sociais, vai se ampliando e reforçando uma política de controle social, de “contenção repressiva” dos pobres. Aniquilado o setor assistencial do Estado, cresce seu setor repressivo: “ao ‘menos Estado’ social e

⁸ Bairro de uma cidade onde vivem os membros de uma etnia ou outro grupo minoritário frequentemente devido a injunções, pressões ou circunstâncias econômicas ou sociais.

econômico, sucede o ‘mais Estado’ policial e penal, que lhe serve de contrapartida em matéria de ‘justiça’”. (WACQUANT, 2001)

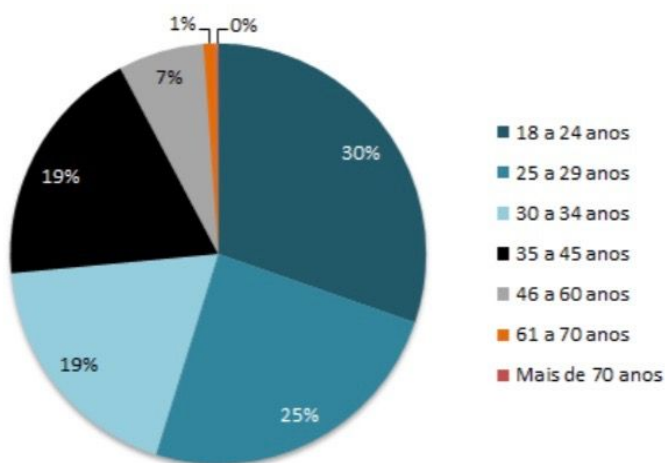
3.3. Perfil da População Carcerária

A tendência do sistema penal à seletividade e a criminalização da pobreza no Brasil fica evidente quando se parte para análise do perfil da população carcerária brasileira, com base nos dados divulgados pelo último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, de junho de 2016.

3.3.1. Faixa Etária

A pesquisa obteve informação relativa a faixa etária de 514.987 presos, 75% da população prisional total. A partir da análise dessa amostra, concluiu-se que os jovens correspondem a mais da metade da população do sistema prisional nacional. Os indivíduos com até 29 anos representavam 55% dos detidos em junho 2016. De acordo com o levantamento, 30% dos presos brasileiros têm entre 18 e 24 anos e 25%, entre 25 e 29 anos. Os jovens de 18 a 29 anos correspondem a apenas 18% da população total brasileira, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, de 2015.

Os estados com a maior porcentagem de população jovem privada de liberdade são o Acre, Amazonas, Pará, Espírito Santo, Pernambuco e Sergipe. Nessas unidades da federação, mais de 60% dos presos têm entre 18 e 29 anos. O Pará é o estado com maior contingente de jovens presos: 65% dos detidos têm entre 18 e 29 anos. O Acre é recordista em presos com até 24 anos, que representam 45% do total da população carcerária do estado.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

3.3.2. Cor/Etnia

Informações a respeito da cor ou etnia da população prisional estavam disponíveis para 72% da população prisional total. A análise dessa amostra permitiu que se concluísse que quase dois terços da população prisional brasileira é negra. Os negros representavam 53% dos brasileiros maiores de 18 anos em 2015, e 64% das pessoas privadas de liberdade, o que evidencia a sobre-representação desse grupo no sistema prisional. Apenas dois estados têm os dados étnicos da totalidade dos presos: Pará e Rio de Janeiro. Os negros correspondem a 82% da população carcerária no Pará e a 72% no Rio.

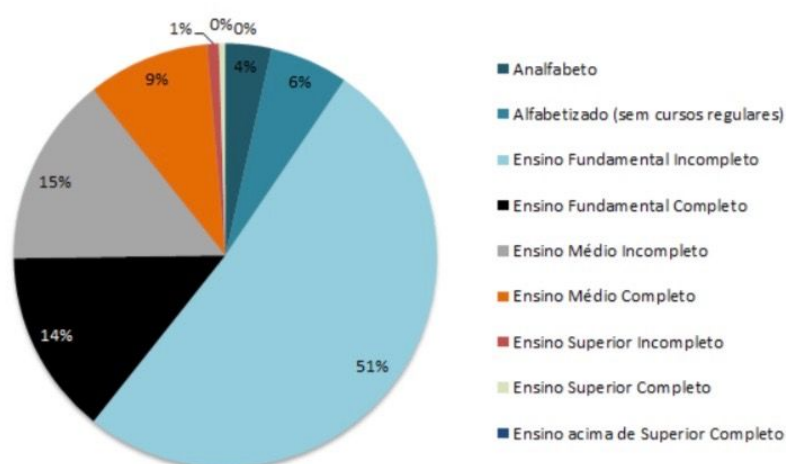


Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016; PNAD, 2015.

3.3.3. Escolaridade

A pesquisa obteve dados relativos à educação de 70% da população prisional total. Analisando essa amostra, observou-se que 75% dos presos não tiveram acesso ao ensino médio e desses, 51% não completaram o ensino fundamental. Apenas 24% das pessoas presas chegaram a cursar o ensino médio e desses, apenas 9% concluíram essa etapa de ensino.

Por unidade da federação, o estado de Alagoas se destaca com o maior percentual de analfabetos e alfabetizados (sem curso regular), três vezes superior à média nacional. O estado de Sergipe apresenta maior percentual de presos que não completaram o ensino fundamental: 68% da população prisional do estado. Esses dados evidenciam um baixo grau de escolaridade entre aqueles privados de liberdade.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016

3.3.4. Tipo penal

Das unidades prisionais que participaram do levantamento, 66% informaram receber o atestado de pena a cumprir dos detidos, que tem a função de determinar o regime de cumprimento da pena, acompanhar e atualizar o cálculo da pena a ser cumprida.

Segundo o relatório, foram registrados 620.585 crimes nas unidades prisionais que possuíam informação em relação aos tipos penais pelos quais os presos foram condenados ou esperavam julgamento. A partir da análise dessa amostra, se pode afirmar que os crimes de tráfico, em junho de 2016, correspondiam a 28% das incidências penais pelas quais as pessoas foram privadas de liberdade. O roubo e furto representavam 37% dos delitos, enquanto os homicídios equivaliam a 11%.

Ao comparar os delitos praticados entre homens e mulheres, observa-se que os crimes ligados ao tráfico são mais comuns entre as mulheres, representando 62% dos registros, enquanto entre os homens, o percentual é de 26%. Os crimes de roubo e furto, por sua vez, equivalem a 38% dos registros entre os homens, e a 20% entre as mulheres.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016

O encarceramento massivo da juventude negra e de baixa escolaridade, evidenciado nos dados, representa a falência do Estado em garantir oportunidades e assistência adequada à população brasileira. O assistencialismo perde cada vez mais espaço para a repressão e a criminalização dos jovens pobres apenas aprofunda as desigualdades sociais, acentuando a violência estrutural no Brasil.

4. ALTERNATIVAS À PRISÃO E UMA PRISÃO ALTERNATIVA

4.1. Políticas Públicas Preventivas

A partir da análise dos dados que traçam o perfil da população carcerária brasileira, é possível notar que aqueles que pertencem às classes sociais menos favorecidas são os principais alvos do sistema penal. O abandono social do Estado e a consequente não efetivação de direitos básicos, como acesso à educação, à saúde e ao trabalho é responsável pelo aumento da vulnerabilidade das parcelas mais carentes da população, consolidando a pobreza e a miséria desses grupos.

A prisão não tem se mostrado eficaz na redução das práticas delituosas, apenas reforça um modelo punitivista que acentua as disparidades sociais e, por conseguinte, a ocorrência de crimes. A efetivação de direitos fundamentais é essencial na luta contra a criminalidade no Brasil, como forma de materializar a cidadania de um segmento da população que, em decorrência de sua condição socioeconômica, está mais propenso a ter seus comportamentos criminalizados e ser mais rigorosamente punido. Dessa forma, o necessário não é o combate

aos criminosos, mas sim à desigualdade com o fortalecimento do Estado social frente ao Estado penal. (WACQUANT, 1999)

No cenário do pós-guerra, as nações passaram a se preocupar com o valor da vida humana e a realização da justiça social, assim o Estado de Direito deixou de ser meramente formal, neutro e individualista para se tornar Estado material de direito, ou Estado social de Direito, com a busca da afirmação dos direitos sociais e do bem-estar social geral. Os regimes constitucionais se comprometeram a realizar o Estado social de Direito, definindo em seus ordenamentos jurídicos um capítulo específico para tratar dos direitos sociais. (SILVA, 1988)

No Brasil, esses direitos estão elencados no art. 6º da Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Os direitos sociais são essencialmente prestacionais, sendo dever do Estado efetivá-los por meio de políticas públicas, a fim de prover assistência à população e assegurar melhores perspectivas, evitando a marginalização e a vulnerabilidade que dela resulta.

De acordo com Wacquant (1999):

[...] O que está em jogo entre a edificação, por mais lenta e difícil que seja, de um Estado social, e a escalada, sem freios nem limites uma vez que se auto-alimentam, da réplica penal, é simplesmente o tipo de sociedade que o Brasil pretende construir no futuro: uma sociedade aberta e ecumênica, animada por um espírito de igualdade e concórdia, ou um arquipélago de ilhotas de opulência e de privilégios perdidas no seio de um oceano frio de miséria, medo e desprezo pelo outro.

Assim, cabe ao Estado cumprir o objetivo de efetivar os direitos fundamentais de todos os indivíduos, reduzindo as desigualdades sociais e a criminalidade que delas decorre. Em um Estado social e democrático de Direito, as políticas públicas passam a funcionar como políticas criminais, mitigando os conflitos sociais e reduzindo as práticas delituosas ao atender necessidades básicas das classes menos favorecidas. É essencial primar pela socialização e inclusão social desses indivíduos antes de se falar em aprisionamento e ressocialização. A repressão penal acaba por perder espaço diante de um Estado “interventor, transformador e garantidor de direitos”. (SANTOS, A. 2010)

4.2. Alternativas Penais

A violação de direitos é inerente ao sistema penal e essa violação se torna mais explícita no cárcere, com o tratamento desumano que é destinado aos presos. Diante da superlotação dos presídios brasileiros e de todos os problemas humanitários que dela resultam, as penas alternativas à prisão ganham destaque como forma de promover o desencarceramento e alterar o modo que o sistema penal administra os conflitos sociais. As alternativas penais são o conjunto de respostas às práticas delituosas, diferentes do encarceramento, que geram menos restrições a direitos e garantias fundamentais, diminuindo as violências do sistema. (FONSECA et al., 2017)

As penas alternativas, portanto, surgem em um contexto de críticas e combate à sistemática do encarceramento massivo e foram adotadas a partir das Regras de Tóquio, regras mínimas das Nações Unidas para elaboração de medidas não-privativas de liberdade. O tratado foi ratificado pelo Brasil em 1990 e recomenda a aplicação das penas de prisão somente em casos de crimes graves e condenados de alta periculosidade, promovendo o uso das penas restritivas de direitos para as práticas delituosas de menor potencial ofensivo. (LEITE, 2016)

A lei 7.209/84, que promoveu alterações no Código Penal, introduziu em seu artigo 43 as restritivas de direitos de prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos e a limitação de fim de semana. A Constituição Federal também prevê no inciso XLVI a prestação social alternativa. Essas penas passaram a ser utilizadas no Brasil principalmente após a lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, competentes para julgar contravenções penais e os crimes cuja pena máxima cominada não seja superior a dois anos, e estabeleceu que o processo perante eles deverá, sempre que possível, objetivar a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade, observando os princípios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade. Ademais, institucionalizou medidas consideradas despenalizadoras, de caráter processual ou penal, visando evitar a privação de liberdade e promover uma cultura jurídica menos encarceradora. (LEITE, 2017).

A lei 9.099/95 instituiu a conciliação, a transação penal, a representação e a suspensão condicional do processo como opções às penas de prisão. Posteriormente, a lei 9.714/98

ampliou as penas substitutivas, instituindo a prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e outras restritivas de direitos. Mais tarde, em 2006, a Lei Maria da Penha incluiu novas alternativas penais, com as medidas protetivas de urgência, e as cautelares foram ampliadas pela lei 12.493 em 2011.

Apesar dos avanços na legislação das alternativas à prisão e do aumento da sua aplicação, não foram produzidos os resultados esperados, de redução da população carcerária. Isso ocorreu, pois as penas alternativas acabaram por ampliar a área de controle penal na sociedade, com a punição de infrações que antes escapavam de sanção. As penas alternativas foram utilizadas mais como forma de expandir o controle penal do que de minimizar sua intervenção.

A delimitação territorial, própria do cárcere, impossibilita que o Estado mantenha em privação de liberdade todos aqueles que acabam criminalizados. As medidas alternativas, quando utilizadas como reforço do modelo punitivista, acabam por aumentar a fluidez do controle penal, que passa a transpor os muros da prisão. De acordo com Baratta (1982), a ampliação das penas alternativas é um dos passos em direção ao rompimento com o modelo punitivo, marcado pelo aprisionamento. Mas para que seja alcançado esse objetivo, é essencial a derrubada dos muros do cárcere, com sua abertura para a sociedade, mediante a colaboração das comunidades locais e, principalmente, com a cooperação dos presos.

4.3. Método APAC

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC é uma entidade juridicamente organizada, civil de direito privado sem fins lucrativos, fundada em 1972 e destinada à recuperação do preso, proteção da sociedade, socorro às vítimas e promoção da Justiça Restaurativa. De acordo com o documento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que se destina à sistematização dos processos do método APAC (2016), este constitui uma política de execução de pena baseada na humanização do ambiente prisional, com respeito, trabalho e envolvimento da família do indivíduo que se encontra em privação de liberdade. A APAC atua como auxiliar do poder Judiciário e Executivo na execução penal e na administração do cumprimento das penas em regime fechado, semiaberto e aberto.

As unidades APACs são autônomas jurídica, administrativa e financeiramente e se filiam à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, associação civil de

direito privado sem fins lucrativos, que coordena e fiscaliza a aplicação da metodologia nas APACs, orientando, assistindo e assegurando a unificação de objetivos das filiadas. O Brasil conta hoje com 124 centros de detenção do tipo APAC juridicamente constituídos, dos quais 75 estão em processo de implantação, conforme consta no *site* da FBAC⁹. Os centros APAC em funcionamento integram o sistema prisional por meio de convênio com o Poder Executivo que custa apenas um terço do que o Estado gasta para manter um preso em um presídio convencional, de acordo com a *Cartilha Novos Rumos*, de 2011, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. As unidades são mantidas por contribuições de sócios, doações, parcerias e convênios com o Poder Público e a sociedade civil.

O método de ressocialização APAC está fundado na valorização da vida humana, por meio de atividades de assistência social com a participação da comunidade e da família do apenado. O Estatuto APAC estabelece no parágrafo único do seu artigo 2º os doze elementos fundamentais que devem ser implementados no cumprimento da pena, quais sejam, a família, educação, saúde, bem-estar, profissionalização, reintegração social, pesquisas psicossociais e recreação. (FERREIRA e OTTOBONI, 2016)

Os centros de detenção APAC, diferentemente da grande maioria dos estabelecimentos prisionais comuns, têm cumprido com eficiência as disposições da Lei de Execução Penal. A disponibilidade de assistência médica, jurídica, psicológica e espiritual aos presos, denominados recuperandos pelo método apaqueano, diferencia a APAC do sistema prisional convencional. Além da ausência de policiais e agentes penitenciários, já que a segurança nas unidades se dá em parceria com os próprios detentos – corresponsáveis pela recuperação de todos – e com auxílio de funcionários e voluntários. (TJMG, 2011)

A ocupação integral dos recuperandos com cursos supletivos, profissionalizantes e outras atividades é um dos destaques do método, evitando a ociosidade e promovendo a valorização do indivíduo e de sua capacidade de se recuperar. O contato mais frequente com a família e com a comunidade também é um grande diferencial, já que o apoio é muito importante no processo de recuperação e diminui a sensação de isolamento, natural do ambiente prisional. Outra vantagem é a municipalização da execução penal, isto é, o cumprimento da pena se dá em unidades pequenas, com capacidade nunca superior a 200

⁹ <<http://www.fbac.org.br/bdfbac/Consulta%20APACs.php>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

presos, que têm preferência em permanecer onde residem seus familiares, conforme consta na *Cartilha Novos Rumos*, do TJMG (2011).

O método APAC tem apresentado bons resultados e reduzido as taxas de reincidência criminal. Ainda de acordo com a *Cartilha Novos Rumos*, foi reconhecido em 1986 como alternativa para humanizar a execução penal e o tratamento prisional pelo *Prison Fellowship International* (PFI), organização não governamental que presta consultoria à Organização das Nações Unidas em questões penitenciárias, sendo adotado em países como Alemanha, Estados Unidos, Nova Zelândia e Noruega. Apesar do reconhecimento internacional, existem hoje 49 unidades APAC em funcionamento em apenas cinco estados brasileiros, e 75 ainda em implantação, sendo necessário o compromisso do governo para dar continuidade à expansão do método por todo território nacional, como recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2014, durante mutirões carcerários¹⁰.

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho permitiu a percepção da criminalidade como um sintoma de outras formas de marginalização existentes na sociedade brasileira, e não como eventos isolados, passíveis de serem eliminados pela via meramente punitiva. A elucidação acerca da realidade social daqueles que se encontram encarcerados é, portanto, de grande relevância para o entendimento das causas do problema da violência no Brasil. A violação de direitos no cárcere é a continuação da violação de direitos que ocorre sistematicamente fora das prisões e marca o cotidiano das populações periféricas, desassistidas pelo Estado.

Nesse cenário de amplas desigualdades, em que a alguns é negado o acesso a direitos básicos assegurados pelo ordenamento jurídico, a prisão funciona como um reforço às injustiças sociais e estrutura de classes, dividindo a população em dois grupos de indivíduos: os titulares de direitos e aqueles sobre quem recai apenas a força repressiva do Estado. O medo da violência das periferias assusta a parcela mais privilegiada da sociedade que, com o apoio dos veículos de comunicação parciais e tendenciosos, passa a reivindicar do poder

¹⁰ Informação obtida no *site* do Conselho Nacional de Justiça, acesso em 18/11/2018:
<<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61552-cnj-recomenda-expansao-das-apacs-para-a-reducao-da-reincidencia-criminal-no-pais>>

público maior rigor das punições contra as práticas delitivas. O resultado é a disseminação de uma cultura do encarceramento e o endurecimento da repressão que incide sobre as classes mais vulneráveis.

As penas privativas de liberdade são cumpridas em presídios sem estrutura e superlotados, onde os condenados são desrespeitados em sua humanidade e submetidos a condições degradantes, que tornam a ressocialização, idealizada pela legislação brasileira, um fim impossível de ser alcançado. O atual modelo punitivista do sistema penal, no qual a prisão figura como principal forma de resposta às práticas delitivas, não tem provocado a esperada redução dos índices de criminalidade e violência que, muito pelo contrário, crescem vertiginosamente na sociedade brasileira.

Assim, diante do exposto, é possível afirmar que, na prática, o Direito Penal e o instituto da pena de prisão funcionam como instrumento de controle social destinado a proteger os interesses e manter os privilégios das classes hegemônicas, com a consequente exclusão das necessidades das classes subordinadas, apresentando o mesmo comportamento apontado pelos autores da criminologia crítica décadas atrás. Para romper com essa situação faz-se necessário o investimento em políticas públicas de assistência social como forma de prevenção de delitos, a adoção pelo Estado de meios de resolução de conflitos mais pacíficos e, sobretudo, um olhar mais humanizado para dentro dos presídios, por parte da sociedade civil e do governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003

_____. *Ressocialização ou controle social*. Disponível em: <<http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf>> Acesso em 12 nov. 2018

BARROSO, Luís Roberto. *A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação*. Versão

provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010. Disponível em: <http://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf> Acesso em 21 out. 2018

BATISTA, Vera Malaguti. *Díficeis Ganhos Fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: Parte Geral*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940

_____. *Código de Processo Penal*. Decreto-Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988

_____. *Lei de Execução Penal*. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984

_____. *Lei dos Juizados Especiais*. Lei 9.099, de setembro de 1995

CARNELUTTI, Francesco. *As Misérias do Processo Penal*. 2. ed. Campinas: Russell Editores, 2009

CARVALHO, Salo de. *O Encarceramento Seletivo da Juventude Negra Brasileira: A Decisiva Contribuição do Poder Judiciário*. Rev. Fac. Direito UFMG. Belo Horizonte. n. 67. p. 623 - 652. jul./dez. 2015

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Reunião Especial de Jurisdição*. 2017. Disponível: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/02/b5718a7e7d6f2edee274f93861747304.pdf>> Acesso em 15 de out. 2018

CNCP - CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. *Resolução n. 5, de 25 de novembro de 2016*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. Disponível:

<http://www.lex.com.br/legis_27230366_RESOLUCAO_N_5_DE_25_NOVEMBRO_DE_2016.aspx> Acesso em 15 de out. 2018

DEPEN - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Atualização - Junho de 2016*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-16/relatorio_2016_22111.pdf> Acesso em 18 out. 2018

FERREIRA, Valdeci. OTTOBONI, Mário. *Método APAC: Sistematização de Processos*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Programa Novos Rumos, 2016. Disponível em: <<https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/APAC.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2018

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018*. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/>> Acesso em 15 out. 2018

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987

GRECO, Rogério. *Direitos Humanos, Sistema Prisional e Alternativas à privação de liberdade*. São Paulo: Saraiva, 2011

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, junho de 2018. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> Acesso em 17 out. 2018

LEITE, Fabiana de Lima. *Manual de Gestão para as Alternativas Penais*. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Cidadania, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgap/modelo-de-gestao/copy2_of_ModelodeGestoparaasAlternativasPenais1.pdf> Acesso em 10 nov. 2018

_____. *Postulados Princípios e Diretrizes para a Política de Alternativas Penais*. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/c291046c303e359f32873a74b836efcd.pdf>> Acesso em 10 nov. 2018

LEMONS, Eduardo Xavier. *Direito Achado na Rua, Pluralismo Jurídico, Teoria Crítica dos Direitos Humanos e a Luta por Direitos no Presídio Regional de Pelotas*. 2012. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília, Brasília

MARGRAF, Alencar Frederico; SVISTUN, Meg Francieli. *Reverendo os conceitos das prisões cautelares a partir da prisão do Senador Delcídio Amaral*. Revista dos Tribunais. Vol. 971. 2016. Disponível: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RTrib_n.971.14.PDF> Acesso em 5 nov. 2018

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. *Manual de Direito Penal: Parte Geral*. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2015

MONDAINI, Marco. *Direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009

NEDER, Gizlene. *Cidade, Identidade e Exclusão Social*. Tempo. Rio de Janeiro. Vol. 2. n. 3. p. 106-134. 1997

NEVES, Marcelo. *Entre Subintegração e Sobreintegração: A Cidadania Inexistente*. Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Vol. 37. n. 2. p. 253-275. 1994

PIMENTEL, Manoel Pedro. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. Vol. 69. n. 2. p. 37-74. 1974

ROXIN, Claus. *Derecho Penal: Parte General, Tomo I*. Madrid: Civitas, 1997

SÁ, Geraldo Ribeiro de. *A prisão dos excluídos: Origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996

SANTOS, André Leonardo Copetti dos. *Políticas Públicas e Tratamento da Criminalidade numa Sociedade Democrática*. Revista do Direito UNISC. Santa Cruz do Sul. n. 33. p. 3-18. jan.-jun. 2010

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal: Parte Geral*. 3. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2008

SILVA, José Afonso da. *Estado Democrático de Direito*. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. Vol. 173. p. 15-34. jul./set. 1988

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Cartilha Programa Novos Rumos*. Dezembro 2011. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/outros/cartilha-programa-novos-rumos-TJMG-2011.pdf>> Acesso em 19 nov. 2018

WACQUANT, Loic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

_____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003